



O papel do cidadão na editoria de política de Zero Hora das Eleições 2006¹

Cláudia Samuel Kessler²

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Resumo

O jornalismo político brasileiro precisa ter sua imagem ligada a uma palavra muito importante quando se trata de política: a credibilidade. Assim, os jornais tradicionais acabam por valorizar o posicionamento daqueles que detêm o poder político e econômico, em geral, as fontes oficiais ou oficiosas. É claro que o cidadão não poderia estar de fora das páginas de política, mas, como é a sua apresentação? O cidadão tem seu posicionamento apresentado como uma contribuição importante ou apenas como mais uma ilustração que corrobora com a visão da empresa jornalística? No presente trabalho, analisando a cobertura eleitoral de um jornal impresso que diz priorizar a participação dos cidadãos, observamos como esse cidadão foi apresentado na editoria de política de Zero Hora das Eleições 2006.

Palavras-chave

Jornalismo Político; Zero Hora; Cidadão.

1. Definição de cidadão-comum e definição do *corpus*

Conforme diz Nilson Lage (2002), as fontes podem ser separadas em: oficiais, oficiosas e independentes. As fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado e por instituições que preservam algum poder de Estado. As oficiosas são reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, porém não autorizadas a falar em nome dela, como empresas, sindicatos, associações, ONGs, empresas, escolas, organizações. As fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse mais abrangente em cada caso, como os moradores de bairro, os proprietários de lojas, etc.

Em nosso trabalho, o foco de entendimento passa pelas fontes jornalísticas e, principalmente pelas fontes independentes, citadas por Lage. Utilizamos também, para melhorar o entendimento, a simples conceituação de Carvalho (2005, p.13), para a qual a fonte independente, o qual pode ser chamado de cidadão-comum, é “aquele indivíduo essencialmente do povo, desconhecido, destituído de cargos públicos ou de responsabilidades institucionais”.

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação.

² Bacharel em Comunicação Social – hab. Jornalismo (UFSM) e estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: jornalista24h@hotmail.com



O *corpus* do presente trabalho utiliza sete amostras aleatórias, compreendidas em uma semana artificial que está inserida no período da nova legislação eleitoral (Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006). Para a construção dessa semana, utilizamos a proposta de análise de Martin Bauer e George Gaskell para publicações regulares. Segundo os autores “Uma estratégia comum de amostra para publicações regulares é a ‘semana artificial’. As datas do calendário são um referencial de amostragem confiável, de onde se pode extrair uma amostra estritamente aleatória” (Bauer & Gaskell, 2000, p.196). Tal amostra compreende o primeiro sábado de novembro (dia 4), o primeiro domingo de outubro (dia 1), a segunda segunda-feira de setembro (dia 11), a terceira terça-feira de agosto (dia 15), a quarta quarta-feira de julho (dia 26), a quinta quinta-feira de junho (dia 20) e a segunda sexta-feira de maio (dia 12).

Nosso objetivo com a construção de tal semana foi o de abranger um máximo de amostras aleatórias que permitissem uma visão mais ampla de como foram produzidas as páginas de Política, tendo-se em vista a Resolução nº 22.124, do Tribunal Superior Eleitoral (de 1º de outubro de 2005 a 17 de junho de 2007), que regula o calendário eleitoral das Eleições 2006.

A seguir, apresentamos tanto análises quantitativas como qualitativas, feitas a fim de chegarmos às considerações finais. Em relação ao objetivo proposto neste trabalho, os elementos analisados a seguir tornam-se importantes pelos seguintes aspectos: 1) a identificação quantitativa das citações diretas e indiretas, a qual nos permitirá observar quanto do espaço do jornal é disponibilizado à fala do cidadão; 2) O uso dos verbos introdutórios, que nos permite perceber como o cidadão é apresentado, se com verbos mais fortes ou mais fracos, conforme a classificação dos verbos *dicendi*; e 3) uso de fotos e legendas, as quais são mais um quesito com o qual se pode, mesmo não sendo realizada uma análise semiótica da fotografia, servir como análise quantitativa de apresentação desse cidadão.

Salientamos que a Página 10, de Rosane Oliveira, e que teve Dione Kuhn como interina, não foi analisada nesse trabalho por ser um espaço de opinião das jornalistas. Ainda deve ser observado que na edição do dia 1º de outubro foi somente considerada a editoria de Política, assim como nas demais análises, sendo desconsiderado o Jornal da Eleição, o qual consiste em Caderno Especial, de 36 páginas, encartado na edição daquele dia, priorizando a prestação de serviço.

1.1 Análise do uso dos verbos introdutores de opinião

A análise do uso de verbos introdutores de opinião torna-se importante quando entende-se que a neutralidade é impossível e procura-se “analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação” (Marcushi, 1991, p.75). Além da análise dos verbos introdutores de opinião, analisamos também algumas formas lingüísticas de relatar opiniões das fontes, com as quais pretendemos mostrar, por meio de dados quantitativos, como a fala do cidadão é apresentada. Cabe ressaltar que as construções adverbiais consideradas foram: “segundo”, “para” e “de acordo com”.

Os verbos introdutores de opinião foram classificados entre as nove áreas semânticas propostas por Garcia (1992, p.131), as quais, apesar de fazerem parte dos verbos *dicendi*, possuem uma idéia de elocução, cada uma com sentido diferente.

Para sintetizar a análise realizada mês a mês, para fontes oficiais, oficiosas e independentes, apresentamos, abaixo uma tabela mais simplificada:

Tabela 1- Incidência do total de citações, fotos, legendas e verbos nas fontes oficiais, oficiosas e independentes

	Oficial	Oficiosa	Independente	Total
Categorias				
Citação Direta	69	13	76	155
Citação Indireta	54	8	22	84
Fotos	39	3	22	64
Legendas	24	3	5	32
Verbos				
Dizer (afirmar, declarar)	74	5	16	95
Perguntar (indagar, interrogar)	0	0	1	1
Responder (retrucar, replicar)	12	0	1	13
Contestar (negar)	5	0	0	6
Concordar (assentir)	3	0	1	4
Exclamar (gitar)	2	0	0	2
Pedir (solicitar)	3	3	2	8
Exortar (animar, aconselhar)	0	0	0	0
Ordenar (mandar, determinar)	2	0	0	2
De acordo com	2	1	1	4
Para	1	0	0	1
Segundo	21	3	3	27
Outros	40	4	5	49
Total de manifestações	345	43	158	-
Total de verbos	-	-	-	212

Fonte: Análise de dados.

A partir da análise dos dados presentes nas tabelas, apresentamos, a seguir, um gráfico que demonstra a incidência de cada forma de introdução lingüística tanto nas fontes oficiais, como nas oficiosas e nas independentes:

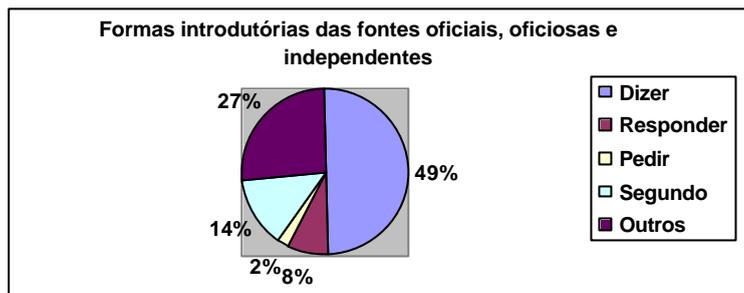


Gráfico 1- Incidência percentual de verbos introdutórios de opinião nas fontes oficiais, oficiosas e independentes.

Com o gráfico apresentado podemos perceber que, entre as formas introdutórias, a mais utilizada foi o verbo *dizer* (presente em quase metade das citações). Tal constatação se torna importante para o entendimento de que o verbo *dizer*, dentre os verbos *dicendi* apresentados, é um dos que possui uma maior impressão de neutralidade. Ou seja, o jornal procurou utilizar-se de um verbo com o qual pudesse se eximir da apresentação das fontes de uma forma imparcial. Podemos perceber também a incidência dos verbos *dicendi* em um gráfico comparativo entre as fontes:

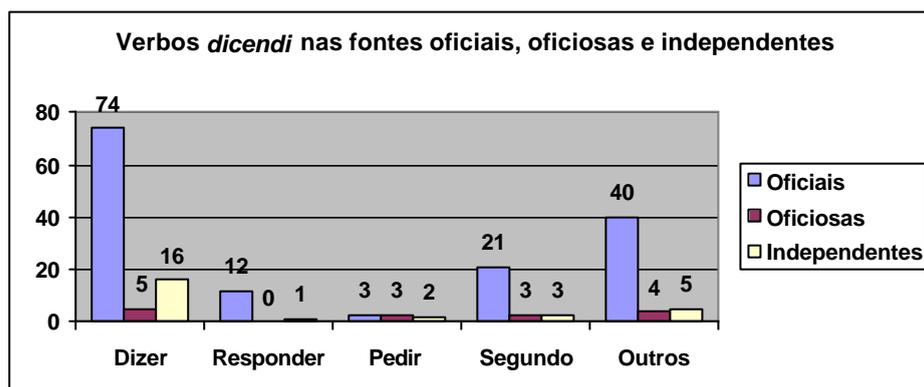


Gráfico 2- Incidência quantitativa de verbos introdutórios de opinião nas fontes independentes, oficiais e oficiosas.

Podemos perceber, a partir do gráfico, que tanto as fontes oficiais e oficiosas como as independentes possuem uma maior incidência do verbo *dizer* ou *afirmar* como introdutor de suas opiniões. Como diria Franklin Martins, ao enumerar uma lista com diversos verbos que parecem possuir o mesmo sentido de *dizer*:

(...) são a maioria os verbos que, em determinadas circunstâncias, podem substituir ‘dizer’, mas não são sinônimos. Têm conotações distintas. Por isso, na dúvida, use ‘dizer’. É neutro. Quem não sabe manejar um revólver, deve deixá-lo fora do próprio alcance (MARTINS, 2006, p.80)

A mesma constatação de uso mais freqüente do verbo *dizer* pode ser evidenciada na incidência de formas introdutórias de opinião nas falas das fontes independentes, no gráfico a seguir:

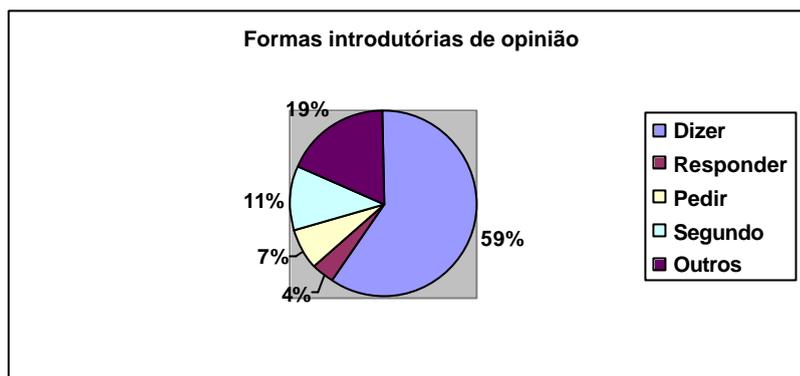


Gráfico 3- Incidência percentual das formas introdutórias de opinião nas fontes independentes.

Como se pode perceber, o verbo *dizer* foi utilizado em quase 60% das vezes em que a fala do cidadão foi introduzida, confirmando, então o maior uso de um verbo com sentido mais neutro até mesmo na fala do cidadão.

Além dos verbos *dicendi* classificados, discurremos ainda, aqui, outros verbos introdutórios também encontrados, sendo eles:

Quadro 1- Verbos introdutórios das fontes independentes

maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro
negociar	acreditar	confessar	ronronar	acreditar	garantir
			prometer	atacar	
			autoproclamar-se		

Fonte: Análise de dados

Cabe observar que os verbos *ronronar*, *prometer*, *autoproclamar-se* e *garantir* foram proferidos por cidadãos que estavam concorrendo a cargos eleitorais. Quanto ao verbo *atacar* ele foi proferido por uma figura antes oficial, mas agora fonte independente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, se formos excetuar as figuras ligadas à Política, restam os verbos: *negociar*, *acreditar* e *confessar*. Nos demais casos, o cidadão não se encontrava em relação de poder, estando os verbos ligados: 1) a *negociar* “com a Polícia Federal o benefício da delação premiada”, 2) a *acreditar* que “Lula poderá trazer novos investimento à região” e 3) a *confessar* “que não lembrava o nome dele (candidato Luciano Bivar)”. Ou seja, nas situações em que o cidadão foi apresentado com verbos diferentes dos *dicendi*, o verbo estava associado a palavras que em nada valorizavam esse cidadão ou a fala por ele proferida.

Aí, cabe o entendimento do mecanismo de combinação, o qual, segundo Guareschi (2001, p. 148): “Consiste em se colocar junto duas coisas que não tem nada a ver uma com a outra. Pelo fato de estarem juntas, as pessoas vão pensar que elas se relacionam (...) de tanto se verem as duas coisas juntas, acaba-se acreditando que uma

depende da outra (...). A fala do cidadão assim pode ser associada, como nos casos citados, à polícia (crime), à necessidade de um político que traga investimentos (incapacidade) ou a uma freqüente falta de lembrança (esquecimento).

Já em relação às fontes oficiais e oficiosas, quanto aos “outros” verbos que não os *dicendi*, podemos elencar:

Quadro 2- Verbos introdutórios *não dicendi* das fontes oficiais

maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro
acusar	avaliar	observar	acrescentar	reconhecer	informar
argumentar	desconversar		criticar		pronunciar
propôr	justificar		insinuar		acreditar
contestar			considerar		emitir (não)
avaliar			entender		ressaltar
informar			considerar		criticar
criticar			lembrar		contemporizar
ironizar			prometer		lembrar
			responder (não)		considerar
			elogiar		
			argumentar		

Fonte: Análise de dados

Quanto às fontes oficiosas, percebe-se a incidência dos verbos:

Quadro 3- Verbos introdutórios *não dicendi* das fontes oficiosas

junho	setembro
reclamar	reconhecer
elogiar	
argumentar	

Fonte: Análise de dados

Assim, podemos observar que as fontes oficiais e oficiosas, além de possuírem uma maior gama de variedades verbais, ainda recebem verbos introdutórios que possuem mais força. Conforme o quadro acima podemos evidenciar, podemos afirmar que, ao contrário das fontes oficiais e oficiosas, “praticamente não aparecem junto à fala do povo verbos característicos do relato do discurso na esfera do poder (como declarar, anunciar, assegurar, incentivar, denunciar, criticar, advertir)” (AMARAL, 2006, p.125). Ainda conforme a autora, podemos dizer que, apesar de o jornal conceder o espaço para que a fonte independente fale, o jornal não se desprende das relações de poder instituídas, as quais evidenciam na fonte oficial ou oficiosa um poder maior.

1.2 Análise das citações diretas e indiretas

Esclarecemos que foram consideradas citações diretas aquelas que possuíam travessão na frente da fala ou aquelas que, mesmo não havendo travessão, poderiam

estar expressando literalmente o que foi dito pela fonte. Como citações indiretas, consideramos aquelas que possuíam o uso de aspas.³

A seguir, apresentamos uma tabela que demonstra a participação das citações diretas de acordo com o mês e o tipo de fonte⁴:

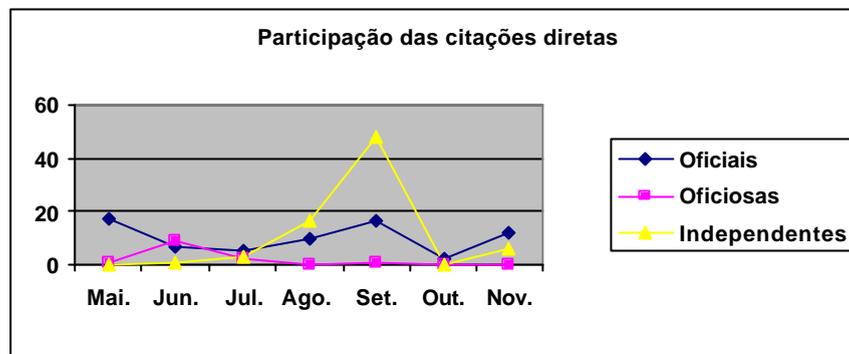


Gráfico 4 Incidência quantitativa da participação das citações diretas nas fontes oficiais, oficiosas e independentes.

A partir do gráfico apresentado, podemos perceber que a incidência de participações das fontes oficiais e oficiosas possui uma certa regularidade. Ao observar o gráfico que demonstra as participações das fontes oficiais, por exemplo, pode-se perceber que as participações de maio igualam-se às de setembro, possuindo uma queda em outubro e nova elevação em novembro. Quanto às fontes oficiosas, elas também mantêm uma regularidade, com uma tendência bastante forte à incidência nula.

O que mais surpreende é a grande elevação das participações das fontes independentes no período que precede o primeiro turno das eleições. Percebe-se, a partir do terceiro mês que precedia as eleições (em que passou a ser permitida a propaganda eleitoral) que a participação do cidadão assumiu incidência crescente, tendo seu ápice no mês anterior às eleições e, em outubro, com uma incidência quase igual à das fontes oficiais e oficiosas.

Uma das motivações para que isso possa ter ocorrido pode ser o intuito de mostrar que o cidadão teve seu espaço no jornal. Em termos quantitativos, pode-se perceber que a participação realmente aumentou. Porém, como esse cidadão foi apresentado?

³ As contribuições de jornalistas não foram consideradas nesse trabalho como fontes, assim como a referência a veículos de comunicação.

⁴ Cabe ressaltarmos que na seção *Olá, eleitor*, por exemplo, o cidadão muitas vezes teve sua fala apenas jogada na página e abaixo, escrito seu nome, sem aspas ou travessão. Nesse caso, esse tipo de participação foi considerada como uma citação direta, por entendermos que aquela fala foi escrita tal qual dita pela fonte leitor.



Quanto às citações indiretas, as quais servem mais para o testemunho popular, podemos perceber que a percentagem de citações de fontes oficiais e oficiosas, considerando-se todo o *corpus* analisado, é bem maior (74%) que as independentes.

1.3 O uso de fotos e legendas

Quanto ao uso de fotos e legendas, podemos evidenciar que as fotos de fontes oficiais possuem muito mais legendas que as fotos de fontes independentes, mostrando não apenas uma desproporcionalidade em termos de quantidades de fotos apresentadas (sendo 39 oficiais, 3 oficiosas e 22 independentes), assim como ao percebermos que as fotos das fontes independentes, em sua maioria, mostravam apenas o rosto do cidadão⁵.

Quanto ao uso da legenda, percebemos que sua incidência nas fontes independentes era muito baixa, sendo que das 22 fotos de cidadãos, apenas 5 delas possuíam legenda. Levando-se em consideração que, das 42 fotos oficiais e oficiosas, 32 delas possuíam legendas, pode-se chegar à conclusão de que, enquanto sequer um quarto das fotos populares possuem legenda, mais de dois terços das oficiais e oficiosas fornecem ao leitor alguma referência sobre quem são os protagonistas daquelas fotos. Ou seja, é gritante a desproporcionalidade de apenas 22,72% de incidência de uso de legendas para fontes independentes, em relação aos 76,19% das fontes oficiais.

Aí percebe-se uma contradição ao que o próprio *Manual de Ética, redação e estilo de ZH* propõe, constando a seguinte observação:

Evite selecionar fotos de pessoas que não podem ser identificadas na legenda. Dar o nome de alguém numa legenda valoriza a fotografia e a página. Nunca use qualquer personagem em primeiro plano sem identificá-lo ao leitor. Toda foto deve ser acompanhada por legenda (MANUAL ZH, 1994, p. 34).

Ao cidadão, então, não caberia essa valorização à qual o próprio Manual se refere?

Conforme já apresentado em seção anterior, a Zero Hora, procurou voltar sua cobertura ao cidadão, de forma que, na editoria de Política havia seções voltadas a esse “eleitor comum”, entre elas: “Voz das Ruas”, “Olá, e-leitor”

A respeito de nossas constatações em itens anteriores do presente trabalho, pode-se dizer que, à primeira vista, quando são observadas, por exemplo, as análises quantitativas de citações diretas das fontes independentes, pode ao observador parecer que foi conferido à fonte independente muito mais situações de fala. A citação direta é

⁵ Segundo glossário do Manual de ética, redação e estilo da ZH (1994) são chamados de bonecos.



considerada em nossa análise como um fator importante, porém, não o único. Mesmo sendo apresentado um número maior de citações diretas total de fontes independentes que de oficiais e oficiosas, cabe analisarmos como são essas citações e como elas são apresentadas.

A respeito disso, podemos observar, por exemplo, um dos meses que possui maior número de citações diretas de cidadãos, o mês de setembro. Porém, se observado, as citações diretas foram, em sua maioria, das páginas 8, 9 e 12. Nas páginas 8 e 9 (de 11 de setembro de 2006), todas as citações diretas são perguntas feitas a um candidato a governador do estado, ou seja, todas com caráter reivindicatório, como a pergunta de Andréa Kátia Meller, pedagoga, de Santa Maria (RS), a qual possui o seguinte dizer:

Sou graduada em pedagogia e especialista em educação. Há seis anos sou formada e não consigo emprego na minha área de formação. Existem muitos estagiários em lugar de profissionais. Existem pessoas sem formação exercendo funções pedagógicas e educacionais. O que o senhor tem a dizer? (ZH, 2006, p. 9)

Pode-se evidenciar na fala de Andréa não apenas seu descontentamento, mas a esperança de que mudanças sejam feitas. Uma reivindicação feita a alguém que possuirá o poder, alguém que, à primeira vista, pode fazer algo para mudar mais rapidamente essa situação. Para Alessandra Aldé:

Parece natural que as pessoas não gostem de política, quase inerente à própria atividade. Por outro lado, é uma atividade vista como legítima; o papel do cidadão não é reclamar, visto como estéril, mas se informar para votar coerentemente com suas necessidades e convicções, e atuar através dos canais existentes ou possíveis na sociedade civil. (ALDÉ, 2001, s.p.)

Além da evidência desse papel de cobrança, por parte do leitor, pode-se também perceber, na página 12, na qual está a seção “Voz das Ruas”, que o leitor não é tratado com seriedade. Uma seção que deveria ser voltada ao leitor, ao contrário de oportunizar um espaço que expusesse a voz desse cidadão, faz brincadeiras jocosas em relação à eleição, retratando não a população, mas, por exemplo, um casal de manequins (de loja), o qual “levou o filho mais novo para passear”, assim como outros tipos de piadas que, ao se utilizarem da figura do cidadão, passam ideologias não somente a cerca da sexualidade, quando se refere ao “homossexualismo”⁶, mas também aborda de maneira

⁶ Cabe lembrarmos que o termo “ismo” empregado em homossexualismo, pela matéria, é um termo pejorativo, o qual foi abolido no século XX por possuir uma conotação de doença ou distúrbio mental. Desde 1973, a homossexualidade deixou de ser classificada como tal pela Associação Americana de Psiquiatria e, na mesma época, foi retirada do Código Internacional de Doenças (sigla CID). Ainda cabe lembrarmos que a Assembleia-geral da Organização Mundial de Saúde (sigla OMS), no dia 17 de Maio de 1990, retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais.

pejorativa o tradicionalismo. Sobre a homossexualidade, evoca anacronismos como o de que usar brinco está relacionado à condição sexual; e sobre o tradicionalismo, por exemplo, evoca um “gaúcho pilchado” e sem educação, o qual responde a “um guri”: “- *Então por que tu não enfia um brinco no meio das pernas?*”.

Várias questões são tratadas de maneira jocosa, em forma de piadas, sem sequer dar voz a nenhum eleitor em específico. Ressaltamos que nessa página não havia o nome completo de nenhum dos “personagens”, os quais eram tratados simplesmente como “dois homens”, “duas mulheres”, “meninas com bandeiras”, “um guri”, “um gaúcho pilchado”, “um senhor” etc. Dessa forma, o cidadão é descaracterizado, vê confrontada uma identidade que, apesar de fragmentada, segundo o entendimento de Hall (1997), é constitutiva do sujeito.

Na página analisada há apenas uma incidência de citação indireta que possua nome completo (exceto o nome completo do editor da seção) que é a de um candidato, o qual teve seu nome também tratado de maneira jocosa por: Raul “Entusiasmado” Carrion.

Tais apresentações, como as acima relatadas, demonstram que o jornal, em certos momentos utiliza-se de uma grande “capacidade de entretenimento”⁷ que serve como elemento capaz de aumentar o interesse do leitor pela notícia. Acerca disso, Wolf (1994, p.184) explica que “são interessantes as notícias que procuram dar uma interpretação de um acontecimento baseada no aspecto do ‘interesse humano’, do ponto de vista insólito, das pequenas curiosidades que atraem a atenção”. E complementam Golding & Elliot (1979 apud WOLF, 1994, p.184), dizendo que “(...) a capacidade de entreter situa-se numa posição elevada na lista dos valores-notícia, quer como fim em si própria, quer como instrumento para concretizar outras idéias jornalísticas”.

Páginas inteiras, cedidas a cidadãos comuns são raras, nas edições analisadas. Na grande maioria das vezes, os cidadãos estão junto a candidatos, assim como na seção “Boca-de-urna” (de 26 de julho, na página 14), cujo título já explicita “*Criança não vota, mas rende cada foto bacana*”, em que os candidatos estavam junto a crianças, as afagando, abraçando, beijando.

Ainda com relação a fotos, devemos salientar a que na seção “Olá, e-leitor” de 15 de agosto, além da foto de um “Pavê propaganda eleitoral”, há ainda a foto de seis animais de estimação de candidatos em nível estadual. Em uma das fotos há até mesmo

⁷ Capacidade de entretenimento é um valor-notícia utilizado por Golding e Elliott. Para saber mais, consultar a página 184 de Wolf (1994).



um cachorro usando um óculos. Podemos constatar aí a questão do entretenimento. Em um espaço que poderia ser direcionado à população, acabam sendo salientados elementos que em nada contribuem para apresentar os eleitores.

Situações em que o cidadão comum⁸ possuísse uma página com matéria destinada a si, um espaço próprio, como em reportagem exclusiva, pôde ser observada em apenas dois casos. Em um deles, por exemplo, Rossano Dotto Gonçalves, apresentado na página 12, de 4 de novembro, teve contadas a sua vida e de sua “tradicional” família. Porém, esse cidadão, em breve deixaria de ser “comum”. Rossano havia sido há pouco tempo eleito deputado estadual, com grande número de votos em sua terra: São Gabriel.

Além do cidadão aparecer cobrando ou solicitando nos espaços do jornal que lhe são destinados, quando ele aparece fora dessas seções direcionadas a ele, como na matéria de 20 de junho, sobre a visita de Lula ao Estado, aparece também em situação de reclamação. Nessa matéria, o mecânico Jucemar Câmera foi entrevistado e disse que “acredita que Lula poderá trazer novos investimentos para a região”, sendo que, para ele: “-Não adianta nada ele ficar sentado *lá em Brasília* sem conhecer a realidade gaúcha, quem sabe assim ele ajuda mais a gente”. Assim, o mecânico, além de tentar mostrar que há um desamparo em relação àquele presidente que está “*lá*”, ele ainda pensa que se o presidente puder ver a realidade do “*áqui*”, ele poderá “ajudar mais a gente”. Ou seja, a ajuda é necessária e é requisitada. Mesmo quando o cidadão aparece fora do “espacinho” que deveria ser “seu”, que são as seções destinadas para isso, esse cidadão ainda se encontra pedindo ajuda, pedindo atenção, mostrando-se em posição de incapacidade, com falta de “poder” para “fazer”.

Essa incapacidade do cidadão, essa impotência, pode ser evidenciada na fala de Mário Luiz Soares, da cidade de Tapejara (página 18, de 11 de setembro): “Se o povo reeleger a máfia que manda no Brasil não resta esperança. Me sinto desesperado por tanto imposto cair na vala da corrupção e nada poder fazer”.

Assim, com base nas análises quantitativas, como, por exemplo, a incidência de apenas 25% das oportunidades de fala (apresentadas como citações indiretas) serem das fontes independentes, podemos dizer que o cidadão acaba sendo silenciado. Podemos perceber que, a partir da maneira como o cidadão vem sendo apresentado, conforme Matos et. al. (1994, p. 62), “(...) a mídia não só diz o que existe e, conseqüentemente,

⁸ Detalhe: nos dois casos, as matérias ocuparam apenas metade da página.



decide o que não existe pelo seu silêncio, mas dá uma conotação valorativa, de que algo é bom e verdadeiro, em relação à realidade existente”. E o uso das aspas, ou seja, a utilização das citações diretas é considerada um procedimento de extrema importância nos procedimentos de objetividade jornalística. Conforme explica Tuchman (apud Traquina, 2004, p.140), “Ao inserir a opinião de alguém, os jornalistas deixam de participar na notícia e deixar os ‘fatos’ falar. O uso de citações faz desaparecer a presença do repórter”.

Quanto à questão dos verbos introdutores de opinião, podemos perceber que ZH ao invés de permitir um espaço em que o cidadão possa também se expressar com a força da expressão do verbo “reclamar”, imprime a esse (e)leitor a neutralidade do mero “dizer”. Talvez até mesmo para que uma cobertura mais equilibrada fosse apresentada, ZH preferiu apresentar suas fontes preferencialmente com um verbo mais neutro. Porém, com essa decisão, ZH retira do cidadão o direito de sequer posicionar-se criticamente; ele acaba sendo anulado em uma posição que lhe impede de mostrar-se participativo dentro de atividades políticas e sociais, espaço onde tenta conquistar a garantia de que seus direitos sejam respeitados.

Dessa forma, mesmo que a participação da fonte independente tenha aumentado no período próximo às eleições, podemos entender que o cidadão foi apresentado como uma figura que, quando aparece (geralmente em espaços de seções criadas especificamente para esse público), está a reclamar, sem a força de um verbo que realmente expresse suas reivindicações, sem a clareza de argumentações que estejam articuladas de forma direta e sem a presença de fotos que o representem (e, principalmente, sem legendas). Além disso, o acesso às outras páginas que não sejam aquelas às quais lhe foi reservado um espaço (espaço este que, muitas vezes é permeado com notícias que visam o entretenimento e não a informação) é um acesso bastante restrito, e que quando acontece, apresenta o cidadão como alguém subordinado.

A respeito disso, pode-se entender que, segundo Oliveira Filha (2006, p.172), “apesar de efetivamente necessitarem das fontes, o profissional da notícia – dada à multiplicidade de informantes existentes no tecido social e a autonomia relativa que adquirem no desempenho da função – podem também “silenciar” algumas fontes, impedindo ou dificultando seu acesso aos jornais.”.



Considerações Finais

Sabe-se que, conforme a Análise de Discurso francesa (AD), “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia” (Orlandi, 2002, p.17). O indivíduo, quando vai enunciar, é interpelado pela ideologia e então se posiciona para falar. Assim, ao posicionar-se, o indivíduo assume um lugar de fala, o qual será constitutivo do que ele diz. Essa posição discursiva assumida pelo sujeito está atrelada a um determinado contexto sócio-histórico. Logo, o enunciador é a voz de um “ponto de vista”, de uma “perspectiva” de uma posição ideológica que permite ao locutor falar.

Considerando-se as possibilidades de fala que as fontes independentes tiveram, podemos dizer que não nos foi possível identificar se a fala do cidadão corrobora com a do jornal, porém, podemos afirmar que a fala do cidadão é uma fala que é apresentada como de menor poder (seja de decisão, de imposição, de atuação) que a fala das fontes oficiais e oficiosas. Talvez devido à pressão sofrida pelas leis eleitorais, a cobertura de ZH mostrou-se mais equilibrada, a fim de não evidenciar um favorecimento de nenhum candidato ou partido. Porém, em seções que seriam voltadas ao cidadão, o jornal não permitiu que esse cidadão pudesse expressar-se criticamente.

É claro que:

Também é importante deixar claro que o leitor popular não é passivo em relação aos jornais. Nem o segmento popular da imprensa é simplesmente fruto de interesses empresariais, nem seu público responde cegamente aos chamados do produto. Se os jornais, programas e revistas fazem sucesso, é porque há recompensas para esse leitor. (AMARAL, 2006, p.12-13)

Segundo Charaudeau (2006, p.39) "A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido." Logo, a maneira como o cidadão é apresentado é bastante importante. O modo como ele é visto no jornal, também influencia na maneira como ele próprio verá a si mesmo e reproduzirá suas ações no meio social em que vive. O enunciado explicitado pelo jornal não é um enunciado qualquer, é um enunciado que está inserido em um contexto histórico-social e que possui objetivos. Conforme Cardoso (2001, s.p.), “Assim, o discurso jornalístico apresenta-se como o enunciador dos acontecimentos, ainda que, freqüentemente, industrialize as emoções e estabeleça gostos e aspirações, ditando costumes e crenças”.

Dessa forma, podemos acrescentar, segundo Charaudeau (2006, p.19), que "todos os grandes políticos disseram, ou deram a entender, que a arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um 'sentir com os outros' que, é preciso



acrescentar, os torna cegos quanto às suas próprias opiniões e motivações pessoais". Assim, mesmo ao considerarmos que o jornalista pode estar restrito ao seu *habitus* ou submetido às pressões da rotina jornalística e à pressão empresarial, não podemos deixar de perceber que ao apresentar o cidadão, quando esse tinha algum espaço no jornal, diversas vezes o entretenimento foi priorizado, ao invés de ser oportunizado ao cidadão um espaço de posicionamento crítico.

ZH, em sua cobertura, procurou tender à isenção. Mas será que essa isenção não pode também ser considerada como um não-dizer? Estaria também esse não-dizer imbuído com aspectos ideológicos que, ao *não serem ditos*, estariam na verdade evidenciando aspectos favoráveis aos interesses do enunciador? Dessa forma, ao não estar dando ao cidadão a oportunidade de explicitar sua opinião, sua criticidade, ZH, ao mesmo tempo tolhe um direito sem explicitar esse mecanismo. De maneira velada, a voz do cidadão é calada. Mesmo com voz dentro do jornal, esse cidadão pode ser considerado como estando rouco: sua voz, de tão fraca, é quase inaudível. Percebe-se que o cidadão está dizendo algo, porém, não se sabe ao certo o quê.

Referências bibliográficas

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política**: cidadão comum, mídia e atitude política. Tese de doutorado, mimeo, Rio de Janeiro: Iuperj, 2001.

AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. 2000. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

CARDOSO, Darlete. **O jornalismo como (re)produtor de enunciados**. Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 2, jan./jun. 2001. Disponível em:
<<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/06.htm>>

CARVALHO, Carolina Adolfo de. **Valores notícia e o cidadão comum no Diário de Santa Maria**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Curso de Comunicação Social) - Universidade Federal de Santa Maria.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradição de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.



GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

MANUAL de ética redacional e estilo; organização de Zero Hora. Porto Alegre: L&PM, 1994.

MARCUSHI, Luiz Antônio. **A ação dos verbos introdutórios de opinião**. In: Intercom, São Paulo, XIV (64): 74-92, janeiro – junho de 1991.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MATOS, Heloiza (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida de. **Olhares sobre uma cobertura: a eleição de 2002 para o governo do Paraná em três jornais locais**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Rio dos Sinos, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Comunicação. – Unisinos, São Leopoldo, 2006.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1994.